

ARTIGO | *PAPER*

JUNTANDO CACOS: PERSISTÊNCIA E REEXISTÊNCIA NAS PRÁTICAS CERÂMICAS DO VALE DO GUAPORÉ

Louise Cardoso de Mello^a

^a Arqueóloga do Museu de Huelva (Espanha), candidata a doutora em História na Universidade Federal Fluminense, em cotutela com a Universidad Pablo de Olavide de Sevilla, com mestrado em História Indígena da América Latina (UPO). louise_ribeiro@hotmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2009-5724>.

RESUMO

Este artigo apresenta um estudo sobre as práticas materiais do processo etnogenético de configuração de comunidades negras rurais ao longo do século XIX no vale do baixo e médio Guaporé (atual estado de Rondônia), a partir da análise do material cerâmico histórico procedente do Forte Príncipe da Beira. Seu principal objetivo é refletir sobre o que a interseção de elementos indígenas, africanos e europeus identificados na cerâmica de barro cozida escavada no recinto intramuros nos diz sobre a persistência de comunidades de práticas e as dinâmicas sociais e interétnicas no Forte e seu entorno. Considerando a historicidade das terras de pretos ao longo do Guaporé, bem como a sobrevivência desses elementos culturais na cerâmica tradicionalmente produzida na região, o presente estudo dialoga com a literatura da Arqueologia da Persistência, propondo uma reconceituação em torno da noção de “reexistência”, em linha com as teorizações dos movimentos negros e indígenas, e as reivindicações de comunidades quilombolas.

PALAVRAS-CHAVE

Forte Príncipe da Beira, Guaporé, Persistência, Reexistência, Quilombola.

ABSTRACT

This paper presents a study on the material practices of the ethnogenesis process of rural Afro-descendant communities during the 19th century in the low and middle Guaporé Valley, based on the analysis of the Príncipe da Beira Fortress' pottery collection. Its main objective is to examine the intersection of indigenous and African elements in the pottery from the intramural area so as to assess what it can tell us about the persistence of communities of practice as well as the social and interethnic dynamics in place at the Fortress and its surroundings. Considering the historicity of the “*terras de preto*” along the Guaporé River, as well as the endurance of these cultural elements in the traditional pottery still produced in the region, this study engages with the literature of the Archaeology of Persistence, proposing a reconceptualization around the notion of “re-existence”, in line with the theorizations of modern-day black and indigenous movements as well as the claims of local maroon-descendent communities.

KEYWORDS

Príncipe da Beira Fortress, Guaporé, Persistence, Re-existence, Maroon community.

COMO CITAR ESTE ARTIGO

CARDOSO DE MELLO, Louise. Juntando cacos: Persistência e reexistência nas práticas cerâmicas do vale do Guaporé. Cadernos do Lepaarq, v. XIX, n.37, p. 92-123, Jan-Jun. 2022.

Somos UMA comunidade com diversos segmentos etnicamente diferenciados. Somos Quilombolas. Somos Wajuru. Somos Sakirabiar. Somos Guarassuê. Somos a Comunidade Tradicional de Rolim de Moura do Guaporé. Somos os guardiões do Baixo Rio Mequéns. [...] Guardamos o patrimônio arqueológico ceramista brasileiro. Cerâmica dos muito antigos. Oito mil anos atrás. Somos guardados por Wakowereb, por Txarontin, pelo Divino Espírito Santo. Somos rezadoras, benzedeiras, parteiras. Somos negros. Somos indígenas. Exigimos respeito. Sabemos do que nosso território precisa.
(PROTOCOLO de consulta livre, prévia e bem-informada da Comunidade Tradicional de Rolim de Moura do Guaporé, 2019)

Em novembro de 2019, as populações indígenas Wajuru, Sakirabiar, Guarassuê junto aos quilombolas do rio Mequéns, afluente da margem direita do médio Guaporé, em Rondônia, assinaram um protocolo de “consulta livre, prévia e bem-informada” reivindicando a constituição e demarcação do proclamado “território multiétnico da Comunidade Tradicional de Rolim de Moura do Guaporé” (PROTOCOLO, 2019). Por meio do protocolo, a comunidade tradicional multiétnica também denuncia as principais ameaças à manutenção dos seus modos de vida e à preservação da natureza, exigindo a garantia do acesso comunitário aos recursos naturais. O documento foi assinado pelas lideranças de quatro povos, representados majoritariamente por mulheres: Angilene Balbino, presidenta da Associação Quilombola de Rolim de Moura do Guaporé, a cacica Valda Wayuru, a representante Marlene Guarassuê e o cacique Ramiro Sakirabiar. Como bem ressaltou Alfredo Wagner de Almeida (2018, p. 41), o processo de florescimento e renascimento de identidades, observado desde o final do século passado, força-nos a considerar a “presencialidade do passado, sem tê-lo como determinante”.

Os indígenas Wajuru, Sakirabiar e Guarassuê são povos Tupi, falantes da família linguística Tupari. Habitam tradicionalmente a região do rio Mequéns, afluente direito do Guaporé, embora sua territorialidade e modos de vida tenham sido extremamente impactados pela construção da BR-429 a partir da década de 1970 durante a ditadura militar, que conectou o rio Guaporé ao interior do estado, aonde muitos grupos se haviam deslocado diante do avanço da fronteira da borracha (TEIXEIRA, 2019; CARDOSO DE MELLO & MELKEBEKE, 2019). Já a Comunidade Quilombola de Rolim de Moura do Guaporé, certificada pela Fundação Palmares desde 2006, é uma das ao menos trinta comunidades remanescentes de quilombo existentes em todo o vale do Guaporé, entre os estados de Rondônia (9) e Mato Grosso (21), embora a maior parte delas ainda não tenha conquistado a delimitação de seu território.

A (re)territorialização¹ dessas comunidades rurais e negras se vincula a um processo multifacético que envolve desde o abandono das minas de ouro mato-grossenses na virada do século XVIII para o XIX e a progressiva decadência de núcleos coloniais como o Forte Príncipe da Beira no baixo Guaporé, e a então capital Vila Bela da Santíssima Trindade no alto Guaporé, seguido da transferência da burocracia e elite branca para Cuiabá (BANDEIRA, 1988), até as práticas de fuga e resistência ao trabalho escravo e às duras condições de vida. Nesse contexto, Symanski e Zanettini (2010, p. 96 e 106) falam da consolidação de um “território africano-afrodescendente”, que chegaria a se estender por todo o vale do Guaporé. Segundo os arqueólogos, a herança cultural africana (principalmente da África Ocidental) teria sido o “elemento aglutinador na conformação da identidade afro-guaporeana”, isto é, da etnogênese afro-guaporeana, a qual viria a incorporar igualmente elementos indígenas e europeus (SYMANSKI & ZANETTINI, 2010, p. 115-116).

Diante disso, este artigo apresenta um estudo sobre as práticas materiais desse processo etnogenético de configuração de comunidades negras rurais ao longo do século XIX no vale do baixo e médio Guaporé, no atual estado de Rondônia, a partir da análise do material cerâmico histórico procedente do Forte Príncipe da Beira. Parte de uma tese de doutorado em andamento, o presente estudo tem como principal objetivo ir além da constatação de elementos indígenas, africanos e europeus no material cerâmico intramuros do Forte Príncipe da Beira, para refletir sobre o que a interseção desses elementos nos diz sobre a persistência de comunidades de práticas e as dinâmicas sociais e interétnicas no Forte e seu entorno. Considerando a historicidade das terras de pretos ao longo do Guaporé, bem como a sobrevivência desses elementos culturais na cerâmica tradicionalmente produzida na região até o presente, o estudo da cerâmica do Forte Príncipe da Beira dialoga com a literatura da Arqueologia da Persistência, propondo uma reconceitualização em torno da noção de “reexistência”, em linha com as teorizações dos movimentos negros e indígenas, e as reivindicações de comunidades quilombolas.

POR UMA ARQUEOLOGIA DA REEXISTÊNCIA: PENSANDO NA PERSISTÊNCIA DESDE AS EPISTEMOLOGIAS DO SUL

Desde o início do novo milênio, mais e mais pesquisas têm se dedicado a analisar a materialidade das relações interétnicas no contexto do colonialismo, encontrando na cerâmica um meio (*medium*) privilegiado para o estudo da interseção entre elementos culturais não só indígenas e europeus, mas também africanos (MORALES, 2001). Mais recentemente, esses estudos têm buscado iluminar as transformações e continuidades das práticas culturais indígenas no contexto do colonialismo a partir da noção de “persistência” (SALLUM, 2018; MUNIZ, 2019; MOREIRA, 2019; NOELLI & SALLUM, 2020). Conforme definido por Lee Panich (2013, p. 107), a persistência, enquanto marco teórico-conceitual na arqueologia, “reconhece a violência física

1 Entendido aqui como processo de reorganização social e territorial de comunidades em um contexto diaspórico, no qual são incorporadas à territorialidade colonial, vindo logo a se apropriar e transformar esses e novos espaços em território (OLIVEIRA, 2016; RAFFESTIN, 1993).

e simbólica do colonialismo, ao mesmo tempo que permite a continuidade de processos que abrangem várias formas de perseverança, desde a resistência intencional ou etnogênese até mudanças mais sutis na organização política e na identidade de grupo”.

Nesse sentido, a Arqueologia da Persistência dialoga – em nota crítica – com outros conceitos pós-coloniais como hibridismo, etnogênese e *entanglement* (ou emaranhamento), ao mesmo tempo que propõe sobrepujar velhas dicotomias como mudança-continuidade ou história de longa duração-curta duração, enfocando a importância do engajamento da arqueologia com a comunidade e com o presente (SILLIMAN, este dossiê). O esforço por superar essas dicotomias tem permitido enxergar as mudanças dentro das continuidades nas práticas culturais nativas e vice-versa, e mais do que isso, vê-las como reacomodações ou “rearticulações intencionais” à luz das novas realidades econômicas, políticas e sociais vivenciadas (SILLIMAN, este dossiê; PANICH *et al.*, 2018).

Na América do Norte, a relação entre passado e presente é enfatizada não só com vistas ao reconhecimento da persistência dos povos nativos contemporâneos, mas também a um “honesto ajuste de contas com as realidades obscuras do colonialismo” (ATALAY, 2006). Nesse sentido, é importante destacar que o paradigma da persistência surge nos Estados Unidos para combater o que Panich (2020) denomina “narrativas terminais”, ou seja, o mito da extinção dos povos indígenas norte-americanos, o qual está baseado em boa parte em uma visão colonial, essencializada e congelada no passado das identidades e culturas dos *native peoples* e *first nations*.

No Brasil, os povos originários não são os únicos que enfrentam esse problema. Embora sejam muitos os trabalhos de antropólogos e historiadores (O'DWYER, 2010; GOMES, 2017) que vêm mostrando a diversidade das situações sociais derivadas da escravidão e do pós-abolição, um dos principais entraves ao reconhecimento identitário e territorial dos remanescentes de quilombo ainda reside em uma compreensão sobre essas comunidades extremamente limitada, racializada e ancorada em uma história positivista, negando-lhes um presente ao não reconhecer sua memória e seu passado. Portanto, em vez de nos libertarmos da visão arqueológica de quilombo, como provoca Alfredo Wagner de Almeida (2002) com toda a razão, é hora de libertarmos a arqueologia da visão colonial de quilombo.

Para isso, a Arqueologia da Persistência pode oferecer importantes insumos ao nos ajudar a desviar da armadilha de tentar responder como e em que medida uma determinada comunidade mudou, para perguntar de que formas ela persistiu (SILLIMAN, este dossiê). Segundo Noelli *et al.* (2018, p. 168-169), a compreensão das persistências históricas no tempo é fundamental para “auxiliar as demandas dos povos indígenas pela garantia do seu estilo de vida e manutenção ou reconquista das suas terras”. O compromisso decolonial da Arqueologia da Persistência é claro.

A respeito disso, Aníbal Quijano (2009) lembra que as relações de poder se negociam e se disputam pelo controle não apenas da autoridade, dos recursos naturais, da reprodução social e do trabalho, mas também da subjetividade, que segundo o sociólogo, inclui o imaginário, a memória histórica e a produção de conhecimento de uma sociedade. Portanto, além de reconstituir

o controle às comunidades sobre seus modos de vida e suas próprias subjetividades, em suas formas de se ver e estar no mundo, as práticas decoloniais também devem buscar decolonizar o controle do conhecimento, em suas formas de se expressar e de (re)produzir seus saberes (BERNARDINO-COSTA et al, 2019; MIGNOLO, 2021). Afinal, a autonomia de uma comunidade reside na capacidade de construção e (re)produção do conhecimento comunitário (FREIRE, 2003).

Segundo Boaventura dos Santos (2009, p. 7), “o colonialismo, para além de todas as dominações por que é conhecido, foi também uma dominação epistemológica, uma relação extremamente desigual de saber-poder que conduziu à supressão de muitas formas de saber próprias dos povos e nações colonizados”. As “epistemologias do Sul”, conforme teorizado pelo autor (SANTOS, 2009), surgem como uma alternativa que busca justamente valorizar os saberes que resistiram e reexistem, em um diálogo horizontal de conhecimentos.

No âmago desse debate, o conceito de reexistência germinou no seio dos movimentos negros no Brasil para tratar precisamente da apropriação e ressignificação das práticas sociais e dos usos da linguagem em um processo não só de resistência de comunidades contemporâneas, mas também de afirmação de suas formas renovadas de existir no mundo (SOUZA, 2009; ALBÁN ACHINTE, 2008). Em 2018, um dossiê especial da Revista da ABPN, a Associação Brasileira de Pesquisadores(as) Negros(as), foi dedicado aos “Letramentos de Reexistência”, reunindo mais de 41 artigos interdisciplinares que versam sobre a decolonização de epistemologias racistas por meio da educação antirracista, em torno do lema “É preciso REEXISTIR” (AMAURO *et al.*, 2018).

Dentre os trabalhos de quase uma centena de acadêmicos e ativistas, inclui-se a contribuição de estudantes Kaingang da Universidade de Ponta Grossa, no Paraná, na qual afirmam que “reexistência é uma palavra-chave quando se tenta entender a permanência dos povos indígenas” (ANASTASIO *et al.*, 2018). De fato, na última década, esse conceito passou a ser manejado cada vez mais por pesquisadores e ativistas de movimentos indígenas (WALSH, 2013; LIMBERTI, 2015; MAMED *et al.*, 2016; VIANA, 2017; BANDEIRA, 2020; GUEROLA e LUCENA; 2021).

No trabalho realizado na área de Educação junto aos remanescentes Puri, etnia que habita tradicionalmente o vale do Paraíba, porém considerada extinta, Melissa Ramos (2017, p. 197-198) analisa o processo de ressurgência Puri, o qual “os faz entender coletivamente que não são mais os mesmos de antes, pois se metamorfosearam de forma criativa e dinâmica para poderem se perpetuar enquanto povo”. A autora lembra ainda que os Puri se perpetuam no presente em uma situação de contínua opressão, organizando-se para enfrentá-la, superá-la e resistir, de modo que “sua re-existência comunitária contribui para identificarem formas atuais de dominação e exploração e saber intervir de modo coletivo e persistente na defesa de sua existência enquanto povo ressurgido e detentores de direitos garantidos na Constituição” (RAMOS, 2017, p. 198).

Portanto, se olharmos a partir das Epistemologias do Sul, é possível perceber que a noção de reexistência preenche um lugar muito similar ao da persistência, conforme teorizado na América do Norte, ao ser compreendida como uma forma de resistir e existir em um contexto social, político e econômico marcado pela opressão e pela necessidade contínua de ressignificação das práticas cotidianas e do uso da linguagem enquanto forma multifacética de expressão (SOUZA *et al.*, 2018).

Com forte inspiração freiriana e no paradigma do *buen vivir*, Adolfo Achinte Albán (2013, p. 455) chega a falar de Pedagogias da Reexistência, as quais se tornam necessárias para descentralizar a episteme eurocêntrica e “*confrontar la realidad establecida por el proyecto hegemónico que desde la colonia hasta nuestros días ha inferiorizado, silenciado y visibilizado negativamente la existencia de las comunidades afrodescendientes*” e também indígenas, como acrescenta o autor.

Por fim, na obra *Amazônia: encruzilhada civilizatória*, Carlos Porto-Gonçalves (2017) analisa não só as principais tensões territoriais em curso na região envolvendo a ampla diversidade dos povos da floresta, mas também suas formas de “r-existências” diante do capitalismo e da colonialidade, que sempre o acompanhou. Em suma, o conceito de reexistência tem perpassado diversas disciplinas, sendo incorporado em diferentes campos de luta e atuação em e por comunidades indígenas e afrodescendentes na América Latina. Lado a lado com a noção de persistência, o termo “reexistência” vem contribuir à desconstruir e problematizar visões eurocentradas e dicotômicas sobre o colonialismo e seus efeitos, reduzidas até hoje aos binômios excludentes: extinção-assimilação, opressão-resistência ou mudança-continuidade.

A CERÂMICA HISTÓRICA DO FORTE PRÍNCIPE DA BEIRA

O Forte Príncipe da Beira foi construído no último quartel do século XVIII na margem direita do rio Guaporé (no atual município de Costa Marques/RO) em um contexto marcado pela disputa territorial entre as coroas ibéricas no coração do continente sul-americano. Sua construção foi concebida como eixo fundamental de um projeto de sistematização do contrabando transfronteiriço com os domínios castelhanos e da introdução de africanos cativos na região das minas de Mato Grosso (CARDOSO DE MELLO, 2021). Construído principalmente por mão de obra negra escravizada, o Forte Príncipe da Beira se tornaria tanto um foco de fuga de cativos para o lado espanhol ou para algum dos pelo menos três quilombos de que se têm notícia nas proximidades, quanto um ponto de chegada de indígenas missioneiros que desertavam das missões jesuítas de Mojos em busca de melhores condições de vida. A partir da segunda década do século XIX, as fontes documentais já começam a apontar sinais de decadência da fortificação, a qual acredita-se que foi abandonada por sua última guarnição a finais desse mesmo século, permanecendo assim até a década de 1930, quando foi estabelecido um pelotão de fronteira na localidade por parte do Exército Brasileiro.



Figura 1: Mapa com as áreas e localidades mencionadas neste artigo. (Fonte: elaboração própria)

A pesquisa de doutorado em curso tem apontado o potencial arqueológico do recinto extramuros, onde se desenvolvia grande parte das atividades que garantiam a manutenção da guarnição e da povoação da fortaleza, nas roças, currais, estábulos, engenhos, telheiros de carpintaria, ferraria e feitoria de canoas, bem como senzalas e cozinhas para os escravizados d'El-Rei e de ganho, e possivelmente uma olaria, além do forno e do paiol que já se conhecem no complexo arqueológico do Forte. Além disso, também era no recinto extramuros e seu amplo entorno onde residiam e transitavam os moradores do Distrito do Forte Príncipe da Beira, que incluíam não só os praças e oficiais da guarnição com suas famílias, mas também o restante da população "paisana" composta sobretudo por negros e pardos libertos e escravizados, bem como brancos pobres e indígenas (militares ou não). Até a data deste artigo, nunca houve qualquer intervenção arqueológica no recinto extramuros, com exceção do fosso que foi prospectado, mostrando-se quase estéril.

Já o recinto intramuros do Forte Príncipe da Beira foi objeto de uma intervenção arqueológica, entre 2008 e 2010, a qual resultou na recuperação de mais de 23.000 artefatos e fragmentos arqueológicos, os quais foram devidamente quantificados e descritos (MARQUES, 2008-2010), porém nunca estudados – até agora –, sendo armazenados localmente em condições de conservação precárias, sob custódia do Pelotão Especial de Fronteira. A coleção arqueológica do Forte Príncipe da Beira consiste, portanto, em elementos de metal, vidro, cerâmica utilitária, louça (faiança fina e portuguesa), grés, material lítico, porcelana e material ósseo faunístico – em ordem quantitativa. Desse material, os cerca de 2.568 fragmentos de cerâmica de barro cozido consistem no terceiro maior conjunto, representando 11% do total da coleção.

A área escavada do Forte Príncipe da Beira compreendeu seus quinze edifícios internos, a praça de armas e dois arruamentos entre os prédios, bem como uma das latrinas. Com exceção desta última que foi objeto de sondagem, os demais edifícios e setores foram escavados até o nível dos pisos originais, os quais se encontravam ocultados pelo acúmulo de entulho, vegetação e do desmoronamento de partes dos edifícios, como as cornijas, as cobertas de telhas e as paredes interiores de taipa, formando uma capa de sedimentos que variava entre 10 e 60 cm. Apesar de as escavações terem sido realizadas sem estratigrafia (MARQUES, 2008), a datação do material cerâmico pôde ser recortada ao período compreendido desde a construção até o fim da ocupação da fortificação (1775-ca. 1890), sendo logo afinada entre 1835 e 1850, com base na cronologia relativa obtida para as faianças e para o vidro, que representam respectivamente 10% e 25% da coleção, e em menor escala, com a ajuda da datação isolada de botões e moedas.

Além disso, a variação das datas médias do material arqueológico de um setor para outro permite compreender um pouco mais sobre as práticas de descarte na fortificação, sendo a latrina a área com material de datação mais recuada (último quartel do Setecentos), enquanto as áreas abertas como a praça e os arruamentos foram as que apresentaram em maior quantidade restos de lixo e refugo mais modernos (adentrando-se no século XX). Nesse sentido, ao apresentar uma datação compreendida entre o último quartel do século XVIII e meados do século XIX, o material arqueológico do Forte Príncipe da Beira constitui uma importante coleção de referência para o estudo da arqueologia histórica tanto no contexto brasileiro, como latino-americano, ao se tratar de uma região de fronteira.

Em um levantamento preliminar quantitativo, cerca de um terço do conjunto de material cerâmico, isto é, 809 fragmentos foram identificados como potencialmente diagnósticos (bordas, bases, bojós com decoração e apêndices, incluindo os cachimbos, que não serão tratados neste estudo). No entanto, a fase de amostragem se deparou com algumas dificuldades, como o fato de diversos conjuntos de fragmentos estarem descontextualizados, o que foi levado em consideração sobretudo na análise distribucional do material não tratada na presente análise.

Outra limitação digna de menção é o fato de que a análise em laboratório da cerâmica amostrada foi interrompida pelo devastador incêndio que atingiu o Museu Nacional em 2 de setembro de 2018. “Felizmente”, 98% do estudo e registro fotográfico de toda a coleção arqueológica amostrada já havia sido concluído, com exceção justamente da cerâmica procedente

de dois setores: o hospital no Prédio 4 (apenas 20% analisado) e um dos armazéns, no Prédio 5 (1% analisado). Por outro lado, os trabalhos na Campanha de Resgate no Museu Nacional, entre 2019 e 2020, permitiram recuperar cerca de 50% da coleção amostrada do Forte Príncipe da Beira, sendo que para o material cerâmico, essa proporção alcança 85% da amostra, devido à sua resistência intrínseca ao estresse térmico (CARDOSO DE MELLO, 2020). Embora o material resgatado se encontre em sua maior parte descontextualizado, pesquisas futuras poderão revisitá-lo, com a ajuda do registro fotográfico disponibilizado por completo pela tese em andamento.

É certo que a amostra dos prédios 4 e 5 era considerável em termos de quantidade de fragmentos diagnósticos, contudo, por razões metodológicas, a análise aqui apresentada não se baseou no número máximo de fragmentos, mas sim no número mínimo de peças (NMP), ao ser uma representação mais fiável da cultura material e do modo como era usada antes de se tornar vestígio arqueológico; afinal de contas, as pessoas usavam recipientes e não fragmentos (VOSS & ALLEN, 2010). Nesse sentido, a amostra cerâmica do Forte Príncipe da Beira aqui analisada consiste em um número mínimo de 173 recipientes cerâmicos.

Grosso modo, a cerâmica de barro cozido do Forte Príncipe da Beira é predominantemente feita à mão e produzida mediante uma queima incompleta a baixas temperaturas. Possui uma coloração que varia entre o bege e o marrom claro e escuro, e apresenta um aspecto rudimentar com paredes grossas, por vezes descascadas e erodidas, com uma espessura média de 0,8 cm. Com respeito à sua manufatura, as louças de barro do Forte são feitas principalmente por meio do roletado, ou seja, a partir da sobreposição de roletes de argila, sendo em seguida modeladas, enquanto o uso do torno representa menos de 3% da amostra, sendo usado principalmente para a confecção de recipientes destinados à estocagem de líquidos. Vale assinalar que esse panorama não é incomum, sendo muito similar ao encontrado por Munsberg (2018), por exemplo, em sítios coloniais associados à cerâmica paulista em contextos datados até o século XIX.

A superfície interna dos recipientes cerâmicos é predominantemente alisada (76%), e externamente, leva diversos tipos de tratamento, apresentando uma superfície ora alisada (58%), como é mais frequente, ora polida-estriada (19%), ora escovada (17%) ou uma combinação destas, principalmente nos recipientes fechados com pescoço. Apesar do menor índice de cerâmica escovada, é muito provável que a incidência desse tratamento fosse bem maior, pois ao se concentrar principalmente no bojo, muitos fragmentos de parede escovada terminaram por ser desconsiderados por uma escolha metodológica durante a quantificação do NMP. Algo similar ocorre com os apliques e pés, definidos como uma característica diagnóstica da cerâmica do Forte Príncipe da Beira, com destaque para os apliques mamilonares ou em forma de espiral/volutas. Embora apenas 15% da amostra possua um apêndice (14) ou aplique (12) em forma de asa ou alça, é importante destacar que foram encontrados ao menos 17 apêndices soltos e/ou fragmentados identificados como asas, alças, cabos ou pés.

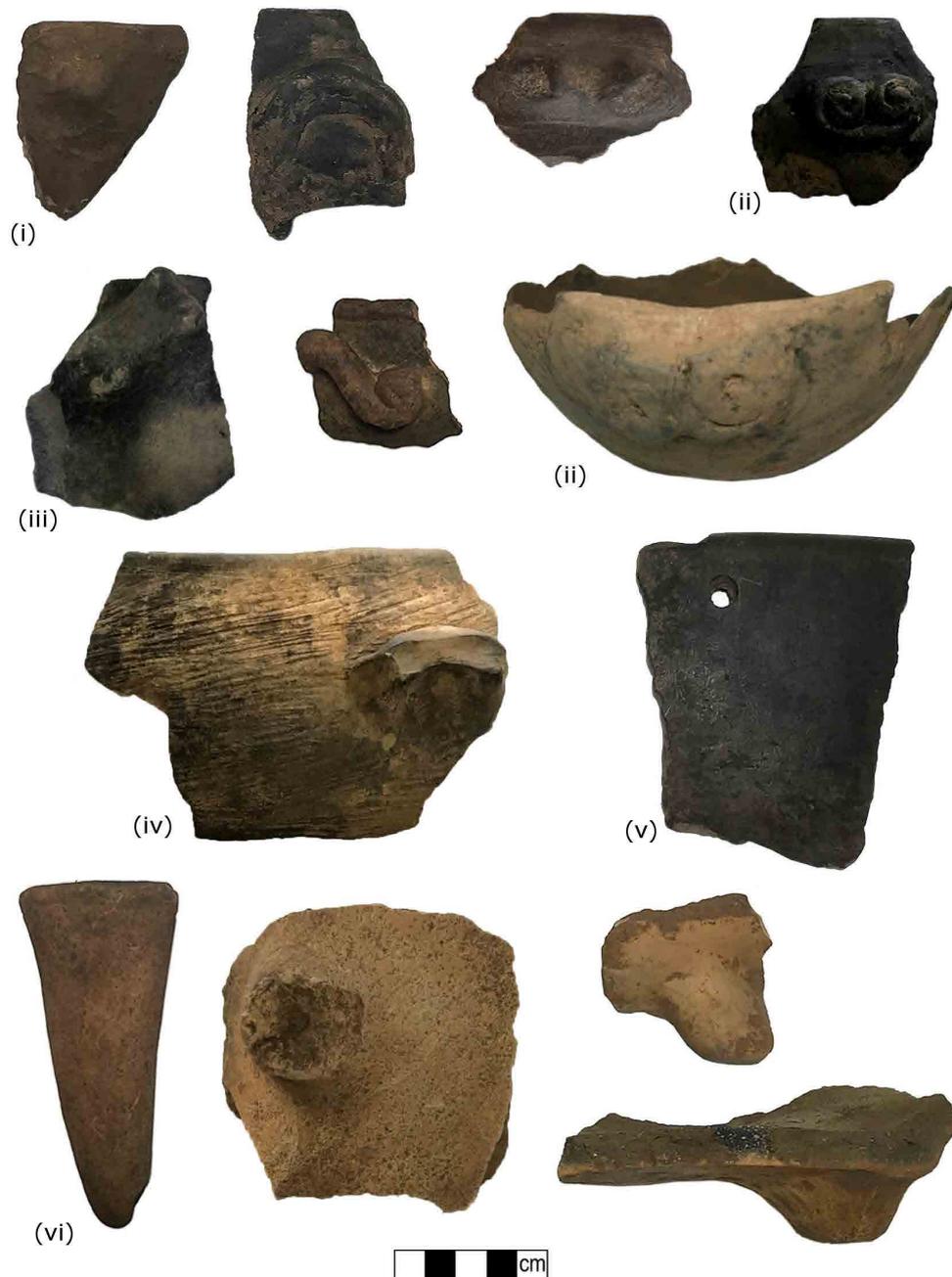


Figura 2: Exemplos de fragmentos diagnósticos da coleção cerâmica do Forte Príncipe da Beira: i) Borda com aplique mamilonar; ii) Borda com aplique em espiral; iii) Borda com aplique zoomorfo; iv) Cerâmica escovada com apêndice em forma de asa; v) Fragmento de parede reta e furo próximo à borda (caldeirão); vi) Pés e bases com pés. (Fonte: elaboração própria)

Outra característica marcante da cerâmica do Forte Príncipe da Beira é o baixo índice de decoração dos recipientes; apenas 9% da amostra possui algum tipo de decoração, sendo esta sobretudo incisa em forma de zigue-zague e traços finos (7), seguido de incisão com traços grossos ou excisão (4), digitado (2), filete (1), incisão sobre filete (1) e marca de esteira na base (2 – não considerada decoração). Sobre a decoração – ou escassez de – voltaremos mais adiante. A Figura 2 mostra uma seleção de fragmentos diagnósticos da coleção cerâmica do Forte Príncipe da Beira, enquanto a Figura 3 ilustra o total de fragmentos cerâmicos decorados e com marcas de esteira.

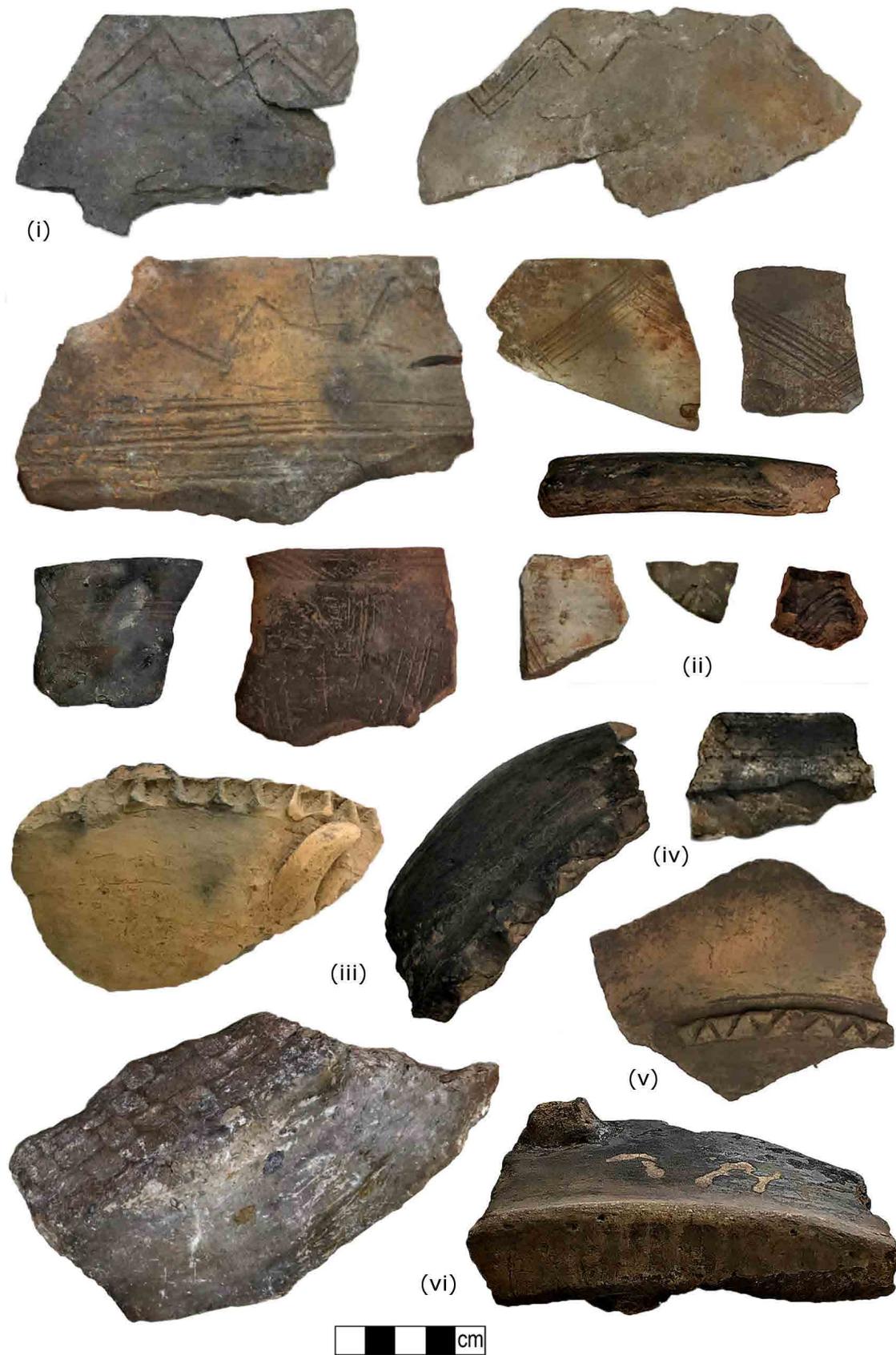


Figura 3: Total de fragmentos cerâmicos decorados e com marcas de esteira do Forte Príncipe da Beira: i) Incisão com traços finos; ii) Incisão com traços grossos ou excisão; iii) Digitado; iv) Filete; v) Incisão sobre filete; vi) Bases com marca de esteira (Fonte: elaboração própria)

A determinação das formas e funções do material cerâmico, quando possível, apontou que a maior parte era usada na preparação e processamento de alimentos, observando-se uma predominância de três tipos de formas de panelas em ordem de incidência: (i) panelas esféricas restringidas com contorno infletido; (ii) panelas elipsoides restringidas, geralmente com lábio plano – o que pode ser indicador do uso de tampas; e (iii) panelas cilíndricas de bojo e base retas, podendo apresentar asas ou dois furos opostos próximos da borda (ver Figura 4). A ocorrência de apêndices e apliques em forma de asa condiz com a função primordial dos recipientes para preparo de alimentos. Aliás, a correlação entre função e apêndice é bastante contundente, pois todas as peças com apliques eram usadas no preparo de alimentos ao fogo, enquanto apenas dois recipientes com apêndices tinham uma finalidade de serviço/consumo de alimentos ou estocagem, incluindo um dos escassos casos de recipientes com alça. Essa hipótese se apoia ainda na constatação de que o principal tipo de marca de uso registrado no material cerâmico são manchas de fuligem, presente em 45% da amostra – com exceção das dez lamparinas encontradas, na qual a fuligem e a coloração negra são sinais do contato direto com a chama para fins de iluminação.

Para interpretar as formas e funções dos recipientes, é importante considerar os recipientes de barro cozido dentro do conjunto cerâmico mais amplo do Forte Príncipe da Beira procedente do recinto intramuros, ou seja, junto à faiança fina, portuguesa, porcelana e o grés. Embora estes três últimos representem menos de 2% da coleção arqueológica do Forte, a grande quantidade de faiança fina (10%) com diversos tipos de decoração consistia principalmente em pratos, xícaras, malgas e tigelas, os quais eram importados sobretudo da Inglaterra sendo, portanto, destinados ao consumo e serviço de alimentos.

Já a louça de barro, de maiores dimensões e paredes mais grossas, podendo chegar aos 2 cm, com alta incidência de marcas de fuligem, algumas marcas de furo (caldeirões), presença de asas e pouca decoração, tinha uma função utilitária, sendo usada principalmente para o preparo e cocção de alimentos (cerca de 50%), seguido da estocagem de líquido (cerca de 10%), para o que eram destinados praticamente todos os recipientes a torno, bem como aqueles feitos à mão com forma restringida e pescoço constrito (Figura 4, v). Em menor medida, outras formas de vasilhas não restringidas (semiesféricas e hiperboloides) eram usadas para outras finalidades como o serviço ou consumo de alimentos (Figura 4, iv), para a iluminação como as lamparinas (Figura 4, vi) ou, inclusive, para a coleta de látex, como é o caso do conjunto encontrado de dezesseis tigelinhas de seringueiro (Figura 4, vii). A Figura 4 a seguir mostra as principais formas das vasilhas de cerâmicas feitas à mão, encontradas no setor intramuros do Forte Príncipe da Beira.

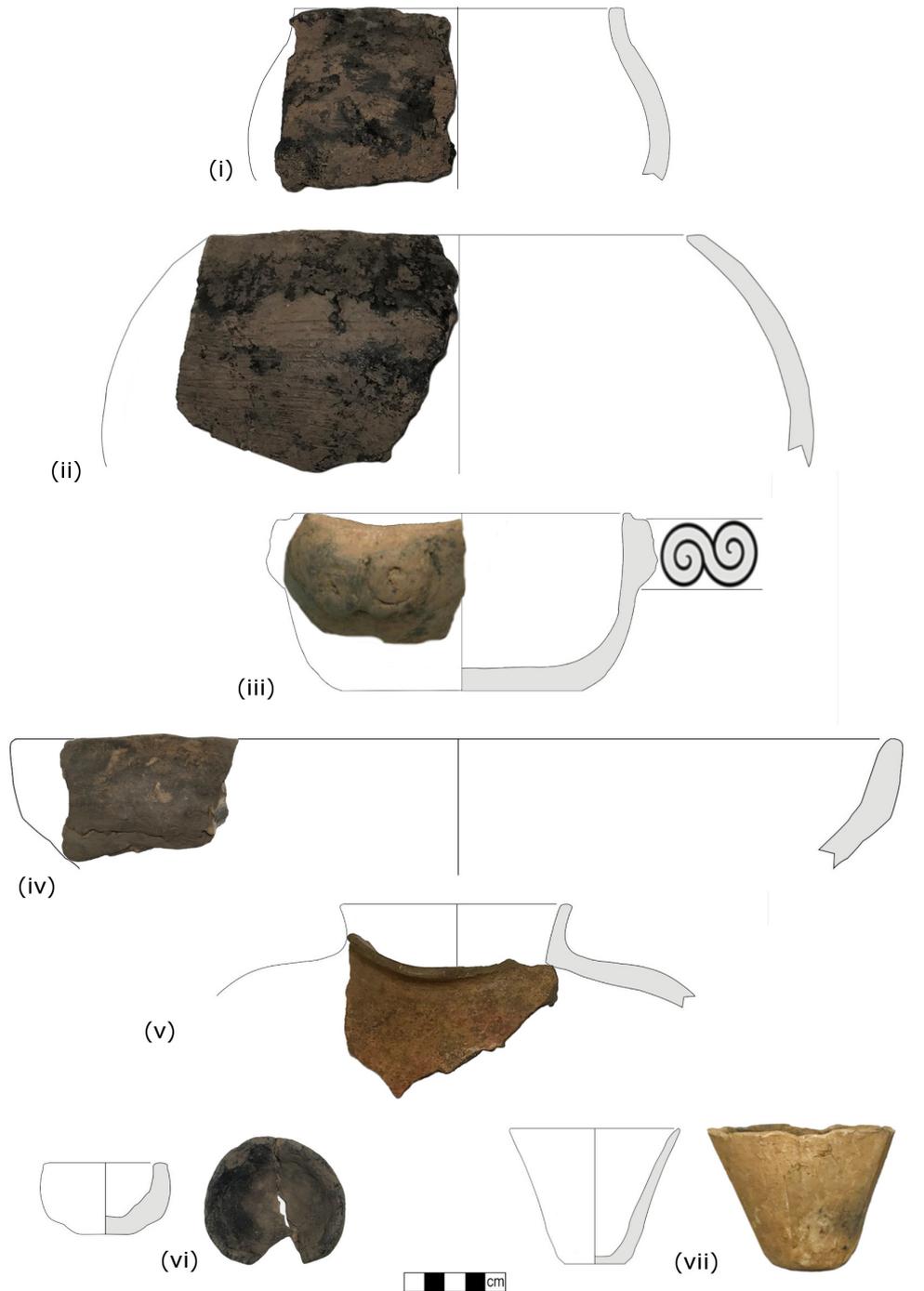


Figura 4: Principais formas e funções das vasilhas de cerâmica de barro feitas à mão procedentes do setor intramuros do Forte Príncipe da Beira: (i) panelas esféricas restringidas com contorno infletido; (ii) panelas elipsoides restringidas; (iii) panelas cilíndricas de bojo e base retas (com ou sem asas ou dois furos opostos próximos da borda); (iv) recipientes semiesféricos não restringidos multifuncionais; (v) recipientes restringidos com pescoço constricto para armazenar líquidos; (vi) lamparinas semiesféricas não restringidas; (vii) tigelinhas de seringueiro com forma hiperboloide não restringida. (Fonte: elaboração própria)

Por um lado, formas como as panelas de base e bojo retos, com furos próximos às bordas mimetizando caldeirões de metal são comumente associadas à materialidade europeia. Aliás, fontes históricas apontam que os caldeirões de cobre consistiam em objetos de prestígio no Forte Príncipe da Beira (INVENTÁRIO, 1824). Por outro lado, a pouca incidência da cerâmica de

torno e a escassez de recipientes com alças (mas não de asas) limitam essa influência e nos falam de escolhas não só técnicas, mas também estéticas e ontológicas. Por exemplo, Marianne Sallum (2018) ressalta a escolha das mulheres ceramistas Tupiniquim em São Paulo no final da década de 1960 por não usar o torno, mesmo quando este estava disponível, por se tratar de uma técnica de manufatura transmitida. Algo similar parece ter acontecido no Forte Príncipe da Beira, considerando a predominância de vasilhames feitos à mão, quando fontes históricas de 1818 mencionam a existência de ao menos “dois tornos portugueses e cinco estrangeiros” nos Armazéns Reais do Forte (MAPA, 1818).

Ainda sobre a cerâmica produzida por mulheres Tupiniquim, estudos recentes vêm demonstrando que a persistência das comunidades de práticas foi um elemento fundamental para a manutenção da produção da cerâmica paulista até os dias de hoje (NOELLI & SALLUM, 2020b). Em outras palavras, a cerâmica paulista pode ser entendida como resultado da “transformação de tecnologias da cerâmica comum portuguesa pelas mulheres Tupiniquim e, posteriormente, por outras pessoas, articulando continuamente elementos e ressignificando as práticas, o que permitiu a sua persistência até o presente” (NOELLI & SALLUM, 2020b, p. 501). Em linhas gerais, a cerâmica paulista se define não só pelo tratamento de superfície externa, caracterizado pelo alisado, escovado ou corrugado (este último inexistente no Forte Príncipe da Beira) sem uso de resina e pela decoração incisa ondulada ou com filete decorado, mas sobretudo por sua morfologia, a qual se caracteriza por painéis restringidas com pescoço ou colo (bem como vasilhas não restringidas), com a presença marcante de asas semicirculares (ver Figura 5). A partir do século XVIII, as produções mais tardias começam a apresentar base plana (NOELLI & SALLUM, 2020b), como observado no Forte Príncipe da Beira.

Diante disso, é importante voltar às origens da ocupação colonial da região de Mato Grosso desde as primeiras décadas do Setecentos, para lembrar que esta foi protagonizada precisamente por grupos de paulistas, isto é, sertanistas que partiam principalmente da região de São Paulo em bandeiras organizadas para a captura e comércio de indígenas e drogas do sertão. A descoberta de minas de ouro por esses bandeirantes no vale do Cuiabá e, logo em seguida, no vale do Guaporé deu lugar aos primeiros núcleos coloniais na região, onde teriam se assentado alguns desses paulistas com suas mulheres, a maioria descendente das Tupiniquim com portugueses e outros europeus, e seus escravizados africanos (e também indígenas).

Logo, é plausível sugerir que essa presença ou influência paulista tenha se materializado em alguns aspectos da cerâmica de barro do Forte Príncipe da Beira. Por exemplo, elementos como as painéis com asas, algumas delas em forma de volutas, e os pequenos recipientes semiesféricos modelados, identificados como lamparinas no repertório paulista (ver Figura 5) se assemelham muito a alguns componentes diagnósticos da amostra do Forte, como vimos anteriormente. É nesse sentido que o estudo do registro arqueológico do Forte Príncipe da Beira tem permitido ir além da constatação de elementos europeus, indígenas e africanos na cultura material, para inferir sobre as dinâmicas sociais e interétnicas no Forte e seu entorno – como veremos ao longo deste artigo –, e mais importante, sinalizar indícios da persistência de comunidades de práticas.

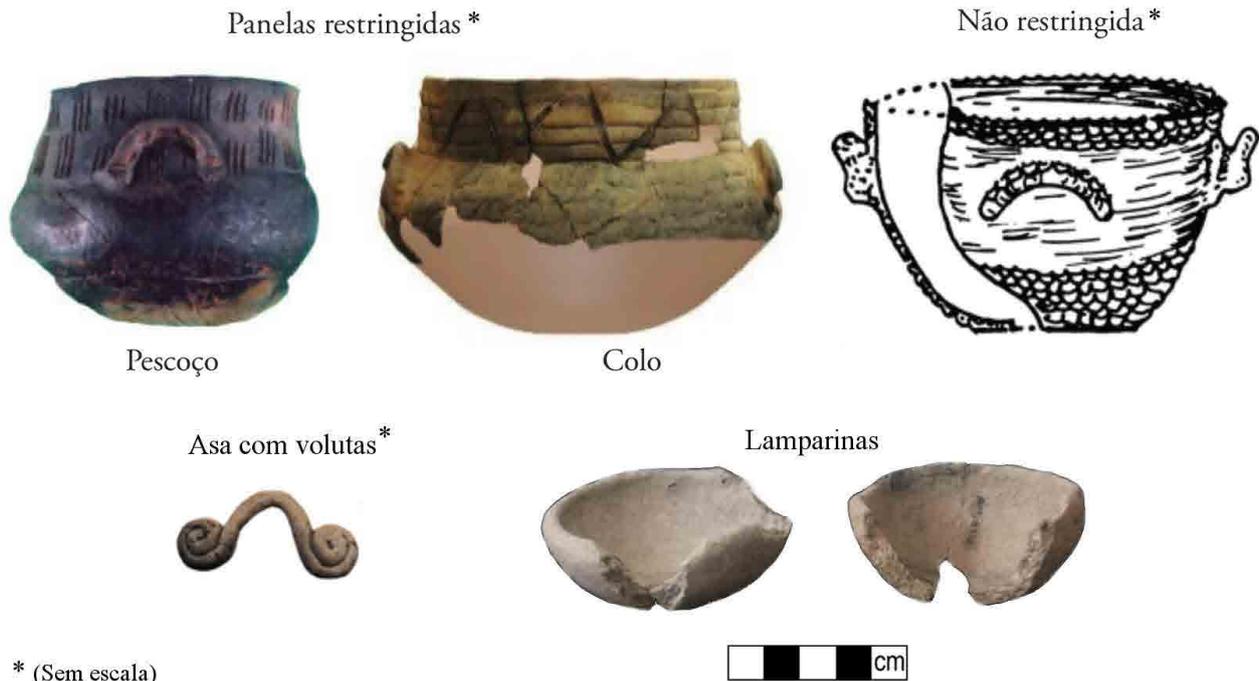


Figura 5: Exemplares da cerâmica paulista procedente do litoral sul de São Paulo (Fonte: Adaptado de SALLUM, 2018, p. 256 e NOELLI & SALLUM, 2020b, p. 516 e 523)

Por último, no que diz respeito à composição argilosa, a análise petrográfica da amostra cerâmica permitiu identificar três tipos diferentes de pasta, sendo a mais comum uma combinação de minerais com cauxi, representando mais de 60% da amostra. O cauxi consiste em espículas de esponjas de água doce muito frequentes na região amazônica, que podem estar presentes na argila ou ser acrescentadas para conferir maior plasticidade aos recipientes cerâmicos. O segundo tipo de pasta, representando quase 1/3 da amostra, inclui uma combinação de minerais e caco moído, que costuma ser adicionado à argila para aumentar a resistência do recipiente durante o processo de queima. O terceiro tipo de pasta, representando um pouco menos de 10% da amostra, possui uma maior variedade de minerais e, além dos cacos moídos, inclui resquícios de matéria orgânica, de origem vegetal, o que contribui a aumentar a plasticidade da cerâmica e a reduzir sua retração na fase de secagem.

Note-se que o caraipé, um tempero frequente na Amazônia que consiste em cinzas de cascas de árvores ricas em sílica, possui uma incidência bastante baixa na amostra de cerâmica analisada. Tanto o cauxi como o caraipé ajudam a diminuir o excesso de água na pasta de argila. Em um estudo etnográfico realizado na região de Oriximiná no Pará, Peter Paul Hilbert (1955) observou que as comunidades ribeirinhas preferiam o uso do caraipé ao cauxi como tempero, apesar da maior resistência à queima proporcionada pelo cauxi, devido às reações provocadas por sua manipulação, como a característica coceira nas mãos. Alternativamente, estudos recentes têm sugerido que essa característica do cauxi também pode ter servido como fator diagnóstico para a escolha dos depósitos de argila (RODRIGUES *et al.*, 2017).

A fase de secagem é crucial para a maior qualidade e resistência da cerâmica, podendo

durar vários dias ou até semanas. No vale do Guaporé, esse processo podia ser particularmente longo e mais complicado durante a temporada chuvosa entre novembro e abril. A preferência pelo cauixi como tempero aponta não só uma escolha, mas uma preocupação maior pela resistência do vasilhame ao processo de secagem do que ao processo de queima, que era realizada a baixas temperaturas, tornando-se uma característica diagnóstica da cerâmica do Forte Príncipe da Beira.



Amostra de pasta com minerais e cauixi

Fotomicrografia da pasta sob luz polarizada plana (PPL - 4x)

Espongiário de água doce (cauixi) encontrado nas margens do Guaporé

Figura 6: Tipo de pasta predominante na cerâmica de barro cozido do Forte Príncipe da Beira com mistura de minerais e cauixi. (Fontes: foto e fitomicrografia de elaboração própria; imagem de espongiário de água doce nas imediações do Forte Príncipe da Beira adaptada de NORAT, 2017, p. 154)

DO CAUXI E OUTRAS CARACTERÍSTICAS DA CERÂMICA DO VALE DO GUAPORÉ: ENTRE A CURTA E A LONGA DURAÇÃO

A presença ou uso do cauixi nas cerâmicas arqueológicas pré-coloniais é amplamente difundido na região amazônica, consistindo muitas vezes em um fator diagnóstico em suas diversas fases e tradições quando combinado com outros atributos (RODRIGUES *et al.*, 2017). Contudo, no que diz respeito à cerâmica pós-contato, o menor número de intervenções e estudos cerâmicos sistemáticos em sítios de época colonial, principalmente na região amazônica, dificulta comparações sincrônicas.

Uma exceção é a pesquisa de Symanski e Gomes (2012) no núcleo urbano de Santarém (PA) que revelou um material cerâmico relacionado à ocupação entre os séculos XVIII e XIX. Essa cerâmica era produzida por mulheres indígenas e mestiças e apresenta importantes paralelos com a amostra do Forte Príncipe da Beira, ao estar caracterizada pela manufatura local e à mão, de técnica acordelada (roletada) e formas côncavas, pouco decoradas, com a diferença do uso do caraipé como tempero mais frequente. Os autores assinalam que o caraipé é “uma escolha tecnológica do período histórico que se distingue das indústrias cerâmicas indígenas pré-coloniais da região de Santarém, cujo antiplástico cerâmico predominante era o cauixi [...] misturado ao caco moído” (SYMANSKI & GOMES, 2012, p. 74).

De fato, fontes de exploradores do século XIX na região do Pará (HARTT, 1873; SMITH, 1879) informam sobre o uso estendido do caraipé na produção de cerâmica, sendo um dos primeiros, o naturalista Alfred Russel Wallace, em 1853. É interessante considerar que, ainda no Oitocentos,

um dos primeiros estudos sistemáticos sobre a produção indígena de cerâmica buscou reunir informações etnográficas de diversos naturalistas e exploradores tanto nas Américas como na África para demonstrar o que hoje sabemos: que “a manufatura está, em todos os lugares, exclusivamente nas mãos das mulheres” (HARTT, 1873, p. 41).

Um século mais tarde, estudos etnográficos realizados na década de 1980 já apontavam que poucos povos indígenas ainda usavam o cauixi como tempero. Das quase setenta etnias para as quais foram levantados dados (WILLEY, 1986; LIMA, 1986), apenas três ainda faziam uso do cauixi na região amazônica, duas delas situadas na região de estudo: os Canichana, um povo isolado que habita tradicionalmente o vale do Mamoré na Amazônia boliviana; os Txapakura, uma família linguística que engloba vários povos do baixo Guaporé; bem como os Waujá, um povo Arawak do alto Xingú.

Com respeito aos dois povos mais próximos à região de estudo, vale mencionar que a região do Guaporé-Mamoré é considerada uma das áreas de maior diversidade linguística do mundo, com mais de 50 línguas que representam oito famílias linguísticas, dentre estas a Txapakura, e ao menos onze línguas isoladas, como a Canichana. Nesse sentido, estudos linguísticos definem a região do Guaporé-Mamoré como uma área linguística, com duas subáreas diferenciadas: o vale do Guaporé e os Llanos de Mojos (CREVELS & VOORT, 2008); embora os especialistas reforcem que a noção de área linguística não se refere tanto à contiguidade geográfica, mas principalmente à existência de redes de comunicação e de laços sociais e de afinidade, apoiando-se em critérios culturais (MUSKEN, 2008).

Diante disso, estudos etnográficos e etnohistóricos realizados desde meados do século passado têm buscado entender as interações entre essas duas áreas culturais definidas no sudoeste amazônico. Lévi-Strauss (1948), por exemplo, destaca o que ele considera uma característica particular do rio Guaporé. Segundo o antropólogo, em vez de constituir um eixo em uma área culturalmente homogênea, o Guaporé havia exercido como uma espécie de fronteira entre duas áreas culturais: a moxo-chiquitana, estendendo-se até o altiplano andino, e a cultura amazônica, a qual estaria subdividida em uma área Txapakura (baixo Guaporé, entre os rios Mamoré e Branco), na qual se situa a região de estudo, e uma área Tupi (médio Guaporé, entre os rios Branco e Corumbiara).

Mais recentemente, estudos arqueológicos realizados na região dos Llanos de Mojos têm permitido afinar as diferenças culturais dessa grande área, distinguindo sua parte nordeste, próxima ao rio Guaporé (ou Iténez, em espanhol), das partes central e sul (CALANDRA & SALCEDA, 2004; JAIMES BETANCOURT, 2017). Assim, a área do Iténez, é a que apresenta uma datação de ocupação mais tardia (entre 1300 d.C. até a época da colonização hispânica), caracterizando-se precisamente por uma cerâmica com predomínio do cauixi, sendo escasso o uso do caco moído, a existência de formas específicas como as caçarolas de paredes retas e grande diâmetro e de vasos globulares com bases planas, tripodes ou com suportes curtos, a presença de marcas de cestaria na superfície externa da base, bem como uma decoração sobretudo incisa com traços muito finos e apliques zoomorfos. O denominado “complexo cerâmico do Iténez” também se distingue

por algumas ausências importantes que, igualmente, faltam no conjunto do Forte Príncipe da Beira, como: moedores, raladores e assadores, além do uso de engobo ou decoração pintada, que é escasso (PRÜMERS *et al.*, 2006; JAIMES BITTENCOURT, 2011 e 2017). A Figura 7 abaixo ilustra alguns exemplares procedentes das unidades estratigráficas com datações mais tardias no sítio de Bella Vista (Iténez, Bolívia) e de níveis superficiais do sítio Aliança (próximo à Comunidade Tradicional de Rolim de Moura do Guaporé).

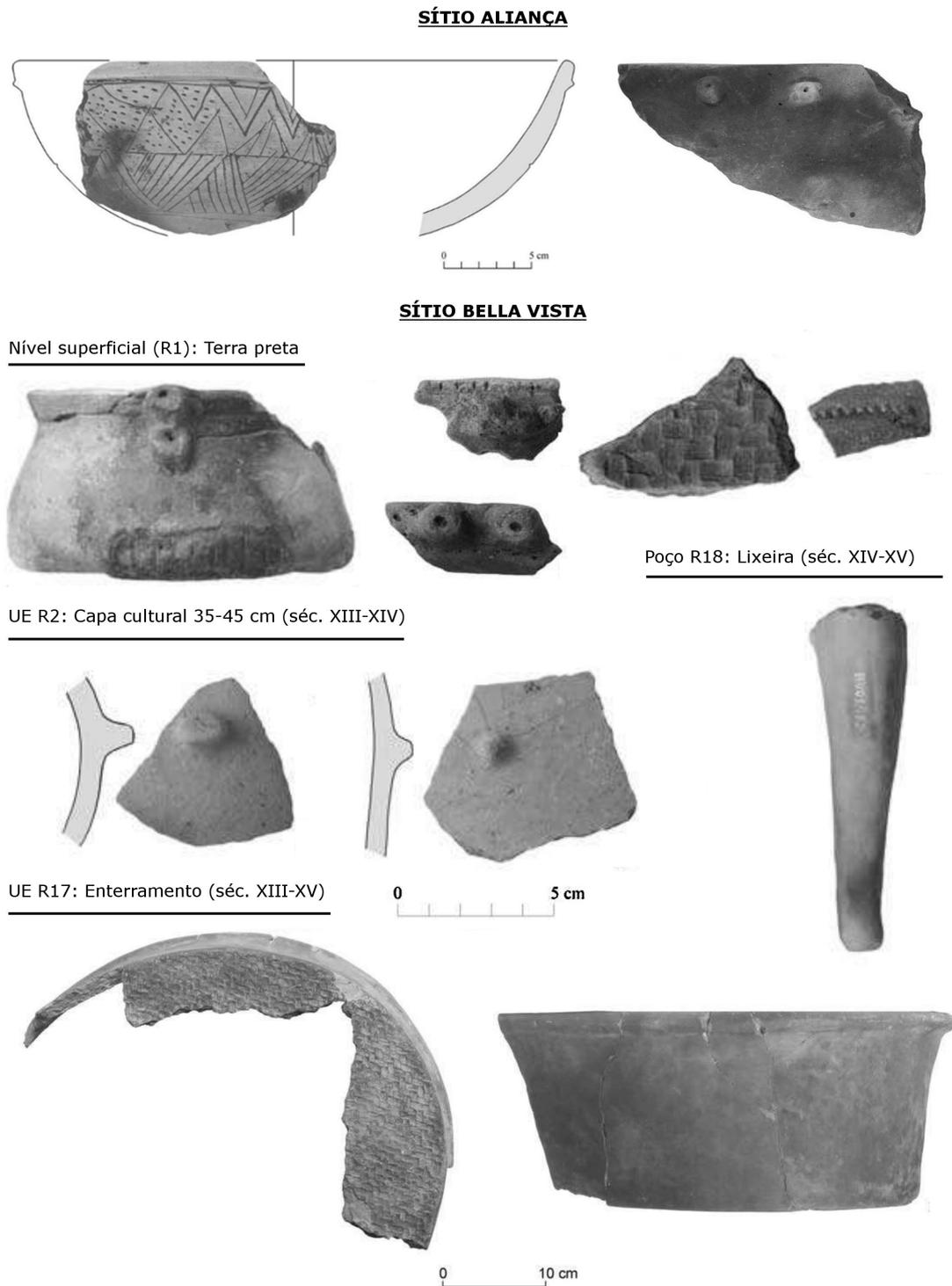


Figura 7: Exemplares do complexo cerâmico do Iténez procedentes do sítio Aliança (níveis superficiais), no lado brasileiro (JAIMES BETANCOURT, 2011) e Bella Vista, no lado boliviano (PRÜMERS *et al.*, 2006)

Ao outro lado do Iténez, ou seja, do Guaporé, seu médio e baixo cursos foram prospectados por Etta Becker-Donner em meados do século passado. Seguindo um percurso à montante, Becker-Donner (1962) relata o encontro com povos Txapakura, como os Wari (“Pacáas Novos”), Matawá e Kumana (Kijubim/”Cautário”), Moré, Itoreahuip, Wanyam e Kabixi-Wanyam, destacando o fato de que muitos “ainda possuíam indústria lítica”, bem como povos Tupi, como os Palmela no entorno de Pedras Negras.

O Destacamento de Palmela ou Pedras Negras está vinculado historicamente ao Forte Príncipe da Beira, por se tratar de um entreposto militar aonde parte de sua guarnição era destacada. Segundo Becker-Donner (1956, p. 202-203), a cerâmica encontrada em superfície tanto no entorno do Forte Príncipe da Beira como em Pedras Negras compartilhava características bem particulares como recipientes com pés ou pedestais, a presença de apliques zoomorfos, redondos (mamilonares) e em forma de espiral situados próximos às bordas dos recipientes, além de uma decoração predominantemente incisa (sendo raros os fragmentos com pintura). Embora a sugestão proposta de uma associação desses apliques com os petróglifos em forma de espirais existentes nas proximidades no leito do rio seja difícil de sustentar à falta de dados cronológicos, a autora observa que o material procedente da superfície apresentava um tratamento mais rudimentar (escovado ou incisões) do que o material encontrado em níveis mais profundos (BECKER-DONNER, 1956, p. 248).

Esse quadro é muito similar ao encontrado no Forte Príncipe da Beira, de modo que provavelmente se trate de uma cerâmica produzida no contexto do contato (séculos XVIII-XIX) não só entre indígenas e luso-brasileiros, como foi levantado, mas também por africanos e seus descendentes. Exemplo disso é o cachimbo de cerâmica encontrado por Becker-Donner em Pedras Negras com decoração geométrica entalhada (excisão) associado à presença africana. Segundo um informante Palmela, esse tipo de cachimbo ainda era usado ao menos até finais do século XIX na região (BECKER-DONNER, 1956, p. 216-217).

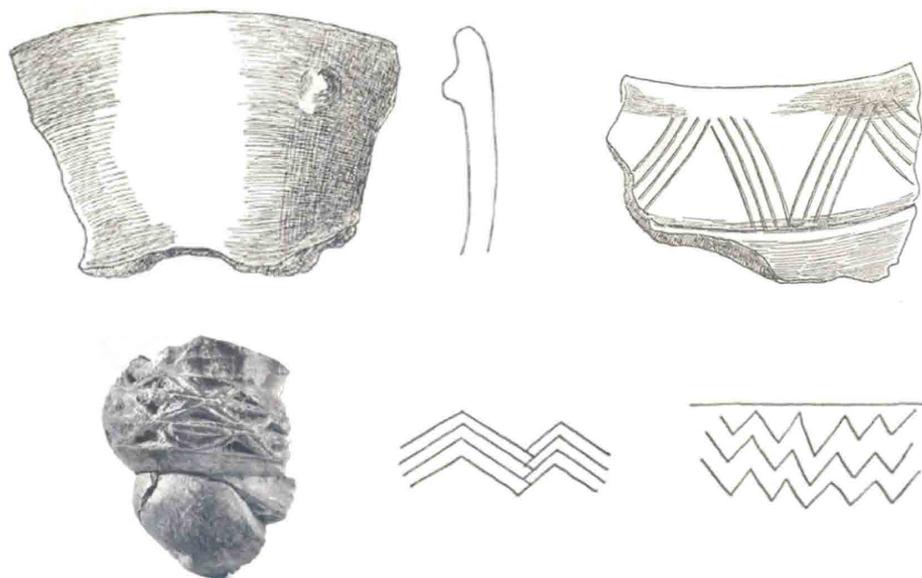


Figura 8: Cerâmica encontrada em Pedras Negras por Becker-Donner (1956, p. 216, 217 e 236) incluindo panelas com aplique mamilonar, um cachimbo e fragmentos com decoração incisa em zigue-zague com uma e quatro linhas.

Fontes mais tardias, de 1914, relatam um intenso intercâmbio realizado entre comunidades negras e indígenas no médio e baixo Guaporé, como os Wanyam, Palmela, Pauserna e Corumbiara (NORDENSKIOLD, 2001) – mais tarde encontrados por Becker-Donner. Destes, Nordenskiold (2001) observa que tanto os Wanyam (família Txapakura) como os indígenas genericamente denominados Corumbiara produziam cerâmica. A cultura material dos Wanyam, conforme descrita pelo autor, inclui moinhos e moedores de pedra, vasos cerâmicos globulares e com pescoço, assadores, em geral, pouco decorados.

Desde finais do século XIX, essa interação entre comunidades negras e indígenas se produzia em um contexto caracterizado pelo auge extrativista da borracha, e que esteve marcado por uma crescente presença e influência boliviana em ambas as margens do rio Guaporé. Contudo, desde o último quartel do século XVIII, fontes históricas já apontavam para um recorrente fluxo de circulação de materiais entre indígenas e a população do Forte Príncipe da Beira. Conforme assinala Denise Meireles (1989), os indígenas missioneiros que desertavam das missões castelhanas, ao cruzarem ao outro lado do Guaporé, eram transformados em “devedores”, recebendo itens como roupas, víveres e ferramentas, os quais deveriam ser pagos por meio de seu trabalho, entre outras formas de intercâmbio.

Outras notícias do primeiro quartel do Oitocentos indicam como o breu era obtido dos indígenas “Yacares” no Destacamento do Ribeirão (baixo Mamoré) para abastecer os Armazéns da Fazenda Real (CARTA, 1816), atestando a existência de redes de intercâmbio entre os distintos entrepostos de fronteira no médio Guaporé e o baixo Mamoré e sociedades indígenas não aldeadas que habitavam as áreas circundantes. Cabe ressaltar que, entre seus muitos usos, o breu era usado em algumas regiões como resina vegetal para o revestimento de recipientes cerâmicos, como é o caso na cerâmica Tupiniquim – prática que desaparece na cerâmica paulista (NOELLI e SALLUM, 2020a). A análise petrográfica da cerâmica do Forte revelou que alguns recipientes levavam um tipo de resina, porém à base de argila e não vegetal.



Figura 9: Recipientes para guardar chicha (bebida fermentada à base de milho) ou água dos Wanyan (Txapakura) e desenhos realizados nos troncos das árvores representando respectivamente uma tartaruga e uma larva de borboleta (NORDENSKIOLD, 2001)

ENTRE MUDANÇAS E CONTINUIDADES: INTERPRETANDO A DECORAÇÃO POR SUA INEXISTÊNCIA

Considerando a pequena incidência de decoração na cerâmica do Forte Príncipe da Beira, em vez de focar na escassa presença de decoração e no que ela pode significar, pode ser muito mais interessante e metodologicamente relevante nos perguntarmos o que a quase inexistência de decoração nos diz. Analisar a decoração por sua ausência pode parecer contraditório, porém, para o caso em estudo, têm-se revelado bastante elucidante.

Um panorama muito similar foi encontrado por Luís Cláudio Symanski (2020) nas senzalas de engenhos da Chapada dos Guimarães, próximo à região de Cuiabá no Mato Grosso. Segundo explica Symanski (2020, p. 122), a partir da segunda metade do oitocentos, principalmente após 1870, quando a população de escravizados nascidos no Brasil passa a ser dominante, as cerâmicas sem decoração também passam a ser predominantes, com os poucos exemplares decorados, limitando-se a zigue-zagues ou arcos. Porém, entre 1830 e 1850, a cerâmica utilitária da Chapada dos Guimarães reflete um “ápice da diversidade cultural africana nesta região, com uma grande diversidade de africanos provindos de diferentes regiões da África Ocidental, Central e Oriental”, enquanto as louças europeias “tenderam a ser menos frequentes, e os vidros, ainda menos” (SYMANSKI, 2020, p. 116 e 119). A Figura 10 a seguir mostra dois tipos de decoração incisa com 3 a 4 linhas em zigue-zague que apresentam algum paralelo com a decoração cerâmica procedente do Forte Príncipe da Beira, embora nesta os zigue-zagues tenham 2 ou 6 linhas.



Figura 10: Exemplos de decoração incisa com linhas múltiplas em zigue-zague identificados em engenhos na Chapada dos Guimarães (MT) por Symanski (2020, p. 120)

Apesar das semelhanças, há significantes divergências com respeito ao registro arqueológico procedente do Forte Príncipe da Beira. Além do fato de as louças europeias e sobretudo dos vidros serem quantiosas no Forte Príncipe da Beira, a materialização dessa diversidade cultural não se observa no material cerâmico; ao contrário, a cerâmica utilitária se parece muito mais ao cenário descrito na Chapada dos Guimarães para finais do século XIX, com vasilhames pouco decorados e motivos simples.

Ademais, diferentemente da região de Cuiabá, onde havia certa predominância de africanos cativos procedentes da África Central (atual Angola e Congo), devido às principais rotas de comércio pela monção do sul, no Forte Príncipe da Beira, os dados disponíveis apontam a uma população de escravizados procedente em níveis muito equiparáveis, porém sobretudo da África Ocidental, incluindo a Alta Guiné (“guineanos” dos portos de Bissau e Cacheu) e a Baixa Guiné (“sudaneses” dos portos da Costa da Mina) (CARTA, 1780). Essa proporção era maior entre os escravizados d’El-Rei, que pertenciam à Fazenda Real e haviam sido introduzidos pelo monopólio sobre a monção do norte exercido pela Companhia de Comércio do Grão Pará. Os escassos dados disponíveis para as décadas subseqüentes, entretanto, apontam a uma tendência de aumento considerável da população escravizada nascida no Brasil já em 1824 (INVENTARIO, 1824).

A despeito da falta de dados para a região da Guiné Bissau, pesquisas arqueológicas desenvolvidas nas últimas décadas em Cabo Verde (AMARO, 1990; JUAN DE ARES e CÁCERES GUTIÉRREZ, 2005; CARDOSO e SOARES, 2010, p. 186-187; SORENSEN et al., 2012), no vale do Gambia (LAWSON, 2003) e no Benin, na África Central (KELLY, 2004), têm sublinhado a característica falta de decoração da cerâmica de barro à mão encontrada em contextos datados entre os séculos XVI e XIX. Esse baixo índice de decoração é interpretado de diferentes maneiras no contexto africano, como uma possível resposta à demanda crescente de cerâmica em núcleos coloniais (KELLY, 2004) ou como resultado da maior disponibilidade de louça europeia e recipientes de latão e metal, sem descartar o impacto da violência da escravidão na transmissão de conhecimentos (LAWSON, 2003).

Já no contexto dos núcleos coloniais oitocentistas no Brasil, Symanski (2020, p. 122) propõe que a decoração ao se tornar homogênea quando não escassa pode ser um indicador da perda de “sua dimensão de expressar memórias e identidades africanas”. Como alternativa para distanciar-se do conceito homogeneizante de “crioulização”, seria plausível sugerir que a escassez de decoração na cerâmica do Forte Príncipe da Beira possa se tratar da continuidade de uma ruptura produzida na Costa da Guiné? Ou seria esta o resultado da produção mais sistemática de cerâmica por africanas e/ou africanos escravizados para atender à demanda da guarnição?

Em todo caso, para poder sustentar quaisquer dessas hipóteses com êxito, seria imprescindível conhecer a cerâmica de barro produzida no setor extramuros, em especial, nas áreas das senzalas, cozinhas e outras atividades dos escravizados. Isso porque a diferenciação entre quem faz e quem usa a cerâmica de barro do setor intramuros é um fator extremamente significativo. Pois a simplificação decorativa da cerâmica utilitária no setor intramuros pode ter outras conotações sociais, como por exemplo, a afirmação de um status diferenciado (VOSS,

2005) de uma guarnição cada vez menos branca (ou mais parda/negra) com respeito à população paisana, e mais ainda, escravizada.

Por ora, a hipótese mais sólida que emerge da ponderação de todos esses fatores é que o Forte Príncipe da Beira provavelmente passou por um processo similar ao sucedido na região de Cuiabá e na Chapada dos Guimarães, de aumento da proporção da população escravizada nascida no Brasil, porém mais cedo. No caso do Forte Príncipe da Beira, isso provavelmente se relaciona com o declínio do comércio pela monção do norte já desde a década de 1790, e do contexto de decadência vivenciado por Vila Bela a partir das primeiras décadas do Oitocentos, estendendo-se a todo o vale do Guaporé, em detrimento da região sul da capitania, com a ascensão de Cuiabá e sua elevação à capital da província, precisamente, a partir de 1835. De uma forma ou de outra, as práticas cerâmicas no Forte Príncipe da Beira ao longo do século XIX, tanto para os grupos que as produziam como para aqueles que as utilizavam, refletiam formas distintas de se reexistir.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A REEXISTÊNCIA DE COMUNIDADES DE PRÁTICAS ENTRE OS QUILOMBOLAS DO GUAPORÉ

Hoje, Pedras Negras é uma das nove comunidades remanescentes de quilombo certificadas em Rondônia. Noelli e Sallum (2019) destacam o papel da memória e da transmissão de conhecimentos como alicerces da persistência. Dona Aniceta Mendes Pinheiro, quilombola de Pedras Negras, de 84 anos e ascendência indígena Pauserna pelo lado materno e africana por parte de pai, é considerada a última herdeira da produção ceramista tradicional, feita à mão com cauixi (TEIXEIRA, 2016, p. 32). Esse saber ceramista foi passado para Dona Aniceta por sua mãe, e consiste na produção de vasilhames a partir da mistura da argila coletada na beira do rio com uma “espécie de espuma chamada borra de peixe” (nome dado ao cauixi na comunidade), a qual era logo modelada a partir da sobreposição de roletes, passando em seguida pela fase de secagem ao ar livre e de cocção (provavelmente redutora) em forno de barro, posto que “não podia estar ventando” (com. pess., 2022)². Os vasilhames não costumam ser decorados; o único tratamento aplicado à superfície é o alisado, que contribui à impermeabilidade da peça, considerando seu uso primordial para armazenar água e chicha (bebida fermentada à base de milho de tradição indígena muito comum nas terras baixas bolivianas) e, em menor escala, para assar bolinhos, consumidos principalmente em festejos como a Festa do Divino Espírito Santo (com. pess., 2022)³, celebrada em todo o vale do Guaporé.

Já a relação da Comunidade Tradicional de Rolim de Moura do Guaporé com a cerâmica e o saber ceramista é algo distinta e não livre de conflito. Desde a firma do protocolo de proclamação do território multiétnico em 2019, as rivalidades internas e interétnicas na comunidade se viram alimentadas e exacerbadas pelo enfrentamento com pecuaristas, políticos e grandes latifundiários

2 Comunicação pessoal com Dona Aniceta através de sua nora, Erineide Rodrigues, abr. 2022.

3 Comunicação pessoal com Dona Aniceta através de sua nora, Erineide Rodrigues, e seu filho, Francisco Mendes Pinheiro, abr. 2022.

da região que conseguiram se aliar a moradores locais com apelo financeiro, ao discurso da mestiçagem e inclusive às *fake news*, em uma tentativa de desbancar as reivindicações de negros e quilombolas em detrimento de uma suposta identidade predominantemente ribeirinha. Esses apelos, além de estarem aliados a um discurso caracteristicamente bolsonarista, vêm crescendo ao encontrar respaldado nas políticas federais de cunho conservador que têm favorecido o agronegócio e o garimpo ilegal na Amazônia, bem como no afrouxamento das fiscalizações ambientais e fundiárias e no aumento da violência contra lideranças comunitárias e ativistas.

Junto com o protocolo, a comunidade assinou um termo de compromisso com o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Brasileiro (IPHAN) e a Universidade Federal de Rondônia (UNIR) para a proteção de três sítios arqueológicos caracterizados pela presença de cerâmica, situados no território comunitário e seu entorno: Aliança, Elegância e Rolim de Moura. Segundo a presidenta da associação quilombola, Angilene Balbino, o saber ceramista em sua comunidade sobrevivia nas mãos de Dona Maria Moxonga, afrodescendente, porém, já falecida (com. pess., 2022). Dona Maria, junto com sua família, eram originários da Comunidade Quilombola de Tarumã – que ainda aguarda a certificação pela Fundação Palmares – situada a uma hora e meia rio Guaporé abaixo, de onde se haviam mudado por pressões territoriais. Contudo, na comunidade tradicional de Rolim de Moura, diversos moradores ainda possuem os potes de cerâmica produzidos por Dona Maria Moxonga, que são usados, sobretudo, para “esfriar água” (com. pess., 2022)⁴. Apesar dos conflitos internos na comunidade, há um expresso interesse da associação quilombola de resgatar esse conhecimento cerâmico. A reexistência de práticas cerâmicas na comunidade tradicional de Rolim de Moura se traduz ainda no curioso costume de aplicar decoração incisa com motivos geométricos em painéis de alumínio por parte de mulheres de ascendência indígena – um fenômeno, sem dúvida, merecedor de futuras investigações.

Esse mesmo desejo de reexistir através dos saberes cerâmicos é compartilhado pela Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira, onde o conhecimento tradicional de produção cerâmica parece ter se perdido, conforme indica Florinda dos Santos, ou Dona Dadá, ex-presidenta da associação comunitária (com. pess. 2022). Porém, Seu Saturnino, um dos moradores mais antigos da comunidade, nascido no lugar de Conceição, ainda preserva com carinho um vaso de barro cozido, de corpo globular e pescoço, sem decoração, feito de uma argila misturada com cauixi. Enquanto a interseção de elementos culturais indígenas e africanos informa sobre fluídas redes de intercâmbio e alianças entre a povoação do Forte e sociedades indígenas da região, sua persistência nas práticas materiais dão um renovado sentido à cerâmica produzida no vale do baixo e médio Guaporé desde o século XIX até os dias atuais.

4 Comunicação pessoal com a presidenta da Associação Quilombola de Rolim de Moura do Guaporé, Angilene Balbino, mai. 2022.



Figura 11: Cerâmicas de barro cozido feitas à mão nas comunidades quilombolas do Forte Príncipe da Beira e Pedras Negras. À direita: Sr. Saturnino, da Comunidade Quilombola do Forte Príncipe da Beira (foto da autora, junho/2021); à esquerda: cerâmica produzida por Dona Aniceta e sua mãe, da Comunidade Quilombola de Pedras Negras (Foto adaptada do acervo de Erineide Rodrigues, abril/2022)

AGRADECIMENTOS

Um agradecimento e reconhecimento à longa trajetória de luta dos povos indígenas e das comunidades quilombolas do vale do Guaporé, e em especial, a Angilene Balbino, presidenta da Associação Quilombola de Rolim de Moura do Guaporé, Elvis Pessoa, presidente da Associação Quilombola do Forte Príncipe da Beira, Dona Florinda dos Santos, da comunidade do Forte, e Dona Aniceta Pinheiro e Erineide Rodrigues, da comunidade de Pedras Negras, por compartilharem seus saberes e visões de mundo. Agradeço ainda aos editores deste dossiê, Marianne Sallum e Francisco Noelli – cuja pesquisa e trabalho parabenizo – por criarem um espaço de troca e difusão de pesquisas relevantes e atuais, bem como por trazerem à luz debates tão oportunos e necessários em um momento repleto de incertezas, como o que vivemos. Finalmente, também sou grata aos pareceristas pelos comentários e sugestões que, sem dúvida, enriqueceram o texto e as reflexões apresentadas neste artigo.

REFERÊNCIAS

- ALBÁN ACHINTE, Adolfo. ¿Interculturalidad sin decolonialidad? Colonialidades circulantes y prácticas de re-existencia. IN: GRUESO BONILLA, Arturo; VILLA, Wilmer (eds.). *Diversidad, interculturalidad y construcción de ciudad*. Bogotá: Alcaldía Mayor de Bogotá/Universidad Pedagógica Nacional, 2008.
- ALBÁN ACHINTE, Adolfo. Pedagogías de la re-existencia. Artistas indígenas y afrocolombianos. IN: WALSH, Catherine. *Pedagogías Decoloniales - Prácticas insurgentes de resistir, (re)existir y (re)vivir*. V. 1. Quito: Abya Yala, 2013.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Museus indígenas e quilombolas: os novos significados do conceito de processo de patrimonialização. *Revista do Patrimônio*, v. 37, IPHAN, p. 39-58, 2018.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. Os quilombos e as novas etnias. IN: O'DWYER, Eliane (org.). *Quilombos: identidade étnica e territorialidade*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, p. 43-82.
- AMARO, Clementino. Escavações Arqueológicas na Cidade Velha. *Oceanos*, v. 5, p. 85-87, 1990.
- AMAURO, Nicéa; DIAS, Luciana; SILVA, Paulo Vinicius da (orgs.). *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, dossier especial "Caderno Temático: Letramentos de Reexistência", v. 10, 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/25>
- ANASTÁCIO, Joel; PEREIRA, Renato; FRAGA, Letícia. Reexistência indígena na Universidade Estadual de Ponta Grossa: para além do acesso ao ensino superior. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, p. 243-261. 2018. Disponível em: <https://abpnrevista.org.br/index.php/site/issue/view/25>
- ATALAY, Sonya. Indigenous Archaeology as Decolonizing Practice. *American Indian Quarterly*, v. 30, n. 3-4, p. 280-310, 2006.
- BANDEIRA, Hosannah. *A constituição de aprendizagens interculturais: re-existência das mulheres Guajajara*. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de Santa Cruz do Sul, 2020.
- BANDEIRA, Maria de Lourdes. *Território negro em espaço branco*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1988
- BECKER-DONNER, Etta. Guaporé-Gebiet. Archäologische Funde am mittleren Guaporé (Brasilien). *Archiv. für Völkerkunde*, v. 11, p. 202-249, 1956.
- BECKER-DONNER, Etta. Guaporé-Gebiet. *Bulletin of the International Committee on Urgent anthropological and Ethnological Research*, v. 5, p. 146-150, 1962.
- BERNARDINO-COSTA, Joaze; TORRES-MALDONADO, Nelson; GROSGOUEL, Ramón (org.) *Decolonidade e pensamento afrodiaspórico*. Col. Cultura Negra e Identidades. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- CALANDRA, Horacio; SALCEDA, Susana. Amazonia boliviana: arqueología de los Llanos de Mojos. *Acta Amazónica*, v. 34, n. 2, p. 155-163, 2004.
- CARDOSO DE MELLO, Louise. Arqueologia da destruição: o resgate do material arqueológico do Forte Príncipe da Beira após o incêndio do Museu Nacional. *Vestígios*, dossiê "Conservação em Arqueologia Histórica", v. 14, n. 2, p. 5-26, 2020.
- CARDOSO DE MELLO, Louise. Atrás das cortinas: o Forte Príncipe da Beira e o sistema econômico

do Secreto Plano de Comércio na Amazônia. *Revista Habitus*, dossiê “Arqueologia da Guerra e da Violência”, v. 19, n. 2, p. 5-26, 2021.

- CARDOSO DE MELLO, Louise; MELKEBEKE, Sven Van. “From the Amazon to the Congo Valley: A comparative study on the violent commodification of labour during the rubber boom (1870s-1910s)”. IN: JOSEPH, Sabrina (ed.) *Commodity Frontiers and Global Capitalist Expansion: Social, Ecological and Political Implications from the Nineteenth Century to the Present Day*. Londres: Palgrave, 2019.
- CARDOSO, João Luís; SOARES, António Manuel M. A estação arqueológica de Salamansa (Ilha de São Vicente, República de Cabo Verde). *Revista Portuguesa de Arqueologia*, v. 13, 2010, p. 167–214.
- CARTA de José Pinheiro de Lacerda a Luís de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, Forte Príncipe da Beira, 2 mar. 1780. Arquivo Público do Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT RFP-CA-0137.
- CARTA de Manoel Antônio Pinto ao Governador e Capitão General da Capitania de Mato Grosso João Carlos Augusto d’ Oeynhausen e Gravemberg. Forte Príncipe da Beira, 29 set. 1816. Arquivo Público do Mato Grosso. Ref.: BR MTAPMT RFP-CA-1263.
- CREVELS, Mily; VOORT, Hein van der. The Guaporé-Mamoré region as a linguistic area. IN: MUYSKEN, Pieter. *From Linguistic Areas to Aerial Linguistics*. Philadelphia: John Benjamins North America, 2008, p. 151-180.
- DWYER, Eliane. Terras de Quilombo no Brasil: direitos territoriais em construção IN: ALMEIDA, Alfredo Wagner B.; MARIN, Rosa; CID, Ricardo; MÜLLER, Cíntia; FARIAS JÚNIOR, Emmanuel (orgs.). *Cadernos de Debates Nova Cartografia Social: Territórios quilombolas e conflitos*. Manaus: Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia/UEA Edições, 2010, p. 41-49.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.
- GOMES, Flávio dos Santos. *Mocambos e quilombos. Uma história do campesinato negro no Brasil*. São Paulo: Claro Enigma. 2017.
- GUEROLA, Carlos; LUCENA, Maria Inês. “Essa mesma arma contra eles”: capitalismo, poder, linguagem e educação indígena. *Trabalhos em Linguística Aplicada*. Campinas, v. 60, n. 2, p. 425–438, 2021.
- HARTT, Charles F. *Notes of the manufacture of pottery among savage races*. Rio de Janeiro: South America Mail, 1873.
- HILBERT, Peter Paul. *A cerâmica arqueológica da região de Oriximiná*. Publicação, 9. Belém: Instituto de Antropologia e Etnologia do Pará, 1955.
- Inventario dos escravos mais bens pertencentes ao sequestro do falecido capitão José Pinheiro de Lacerda que se tomou conta por ordem de S. Exa. debaixo da Administração da Fazenda Real, e entregue ao soldado dragão Pedro João da Silva, por Antônio Ferreira Coelho, Escrivão do Registro. Forte do Príncipe da Beira, s/d. Arquivo Público do Mato Grosso. Ref.: cx 01, FPB. 1824/720, doc. 3.
- JAIMES BETANCOURT, Carla. Diferencias cronológicas, funcionales y culturales en la cerámica de los llanos de Mojos, Beni – Bolivia. IN: VENTURA, Beatriz; ORTIZ, Gabriela; CREMONTE, María Beatriz (eds.). *Arqueología de la vertiente oriental Surandina: interacción macro-regional*,

materialidades, economía y ritualidad. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Sociedad Argentina de Antropología, 2017, p. 25-50.

JAIMES BETANCOURT, Carla. La cerámica de los afluentes del Guaporé en la colección de Erland von Nordenskiöld. *Zeitschrift für Archäologie Außereuropäischer Kulturen*, v. 4, p. 311-340, 2011.

JUAN DE ARES, Jorge de; CÁCERES GUTIÉRREZ, Yasmina. Una fortaleza filipina en las islas de Cabo Verde: la Fortaleza Real de San Felipe en Ribeira Grande. IN: II CONGRESO DE CASTELLOLOGÍA IBÉRICA, Alcalá de la Selva (Teruel), 8-11 de noviembre de 2001. Madrid: Asociación Española de Amigos de los Castillos, 2005, p. 765-778.

KELLY, Kenneth G. The African diaspora starts here: Historical archaeology of coastal West Africa. IN: REID, Andrew M.; LANE, Paul J. (ed.). *African Historical Archaeologies*. Nova York: Klumer Academic/Plenum Publishers, 2004, p. 219-241.

LAWSON, Amy. The Central Gambia Valley archaeological project: Further results. *Nyame Akuma*, v. 59, p. 34-44, 2003.

LÉVI-STRAUSS, Claude. Tribes of the right bank of the Guaporé river. *Handbook of South American Indians*, v. 3. Washington: Smithsonian Institution, p. 371-379, 1948.

LIMA, Tania Andrade. Cerâmica indígena brasileira. IN: RIBEIRO, Darcy (Ed.). *Suma etnológica brasileira: tecnologia indígena*. V. 2. Petrópolis: Vozes, 1986, p. 172-229.

LIMERTI, Rita. Existência indígena: resistência em busca da (re)existência. *Cadernos de Estudos Culturais*, v. 7, n. 13, p. 121-138, 2015.

MAMED, Daniele; CALEIRO, Manuel; BERGOLD, Raul Cezar. *Os Avá-guarani no oeste do Paraná: (re) existência em Tekoha Guasu Guavira*. Letra da Lei, 2016.

Mapa dos Mantimentos e Gêneros dos Armazéns Reais do Forte Príncipe da Beira, Ribeirão e Palmela. Forte Príncipe da Beira, 08 ago. 1818. APMT. Ref.: BR MTAPMT RFP-MP-1283.

MARQUES, Fernando L. Tavares. Relatórios de Atividades. Projeto 2ª etapa dos serviços de estabilização das ruínas do Real Forte Príncipe da Beira, Rondônia. Gradelar: Porto Velho, 2008-2010, vols 1-4.

MEIRELES, Denise Maldi. *Guardiões da Fronteira Rio Guaporé, século XVIII*. Petrópolis: Editora Vozes, 1989.

MIGNOLO, Walter D. The Decolonial Epistemic Turn and The Idea of Latin America - A conversation with Prof. Walter Mignolo. IN: CLAREC SEMINAR, [online], 26 abr. 2021.

MORALES, Walter. A cerâmica “neo-brasileira” nas terras paulistas: Um estudo sobre as possibilidades de identificação Cultural através dos vestígios materiais na vila de Jundiá do século XVIII. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 77, p. 165-187, 2001.

MOREIRA, Melina. *Projeto Quebra-Anzol, Minas Gerais: estudo de continuidade e mudança tecnológica intersítios na cultura material cerâmica*. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, 2019.

MUNIZ, Tiago. Materiais e fluxos na Amazônia Colonial: evidências da presença de africanos escravizados no Sítio Aldeia (Santarém, Pará). *Revista de Arqueologia*, v. 32, n. 2, p. 16-35, 2019.

- MUNSBURG, Suzana. *Dos seiscentos aos oitocentos: estudo da variabilidade estilística da cerâmica durante os processos de construção e reconfiguração das identidades paulistanas*. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2018.
- MUYSKEN, Pieter. Introduction. Conceptual and methodological issues in areal linguistics. IN: *From Linguistic Areas to Areal Linguistics*. Philadelphia: John Benjamins North America, 2008, p. 1-24.
- NOELLI, Francisco S.; BROCHADO, José; CORRÊA, Ângelo. A linguagem da cerâmica Guaraní: sobre a persistência das práticas e materialidades (parte1). *Revista Brasileira de Linguística Antropológica*, Brasília, v. 10, n. 2, p. 167-200, 2018.
- NOELLI, Francisco; SALLUM, Marianne. A cerâmica paulista: cinco séculos de persistência de práticas tupiniquim em São Paulo e Paraná, Brasil. *Mana*, v. 25, n. 3, p. 701-742, 2019.
- NOELLI, Francisco; SALLUM, Marianne. Comunidades de mulheres ceramistas e a longa trajetória de itinerância da cerâmica paulista. *Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia*, v. 34, p. 132-153, 2020a.
- NOELLI, Francisco; SALLUM, Marianne. Para cozinhar...: as panelas da cerâmica paulista. *Habitus*, v. 18, n. 2, p. 501-538, 2020b.
- NORAT, Roseane da Conceição C. *Materiais construtivos e sua biodeterioração em fortificações da Amazônia*. Tese (Doutorado em Geoquímica e Petrologia) – Universidade Federal do Pará, Belém, 2017.
- NORDENSKIOLD, Erland. *Exploraciones y aventuras en Sudamérica*. La Paz: APCOB, 2001 [1914].
- OLIVEIRA FILHO, João Pacheco de. *O nascimento do Brasil e outros ensaios: “pacificação”, regime tutelar e formação de alteridades*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2016.
- PANICH, Lee M. Archaeologies of Persistence: Reconsidering the legacies of colonialism in Native North America. *American Antiquity*, v. 78, n. 1, p. 105–22, 2013.
- PANICH, Lee. *Narratives of Persistence: Indigenous Negotiations of Colonialism in Alta and Baja California*. Tucson: The University of Arizona Press, 2020.
- PORTO-GONÇALVES, Carlos W. *Amazônia: encruzilhada civilizatória: tensões territoriais em curso*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Consequência Editora, 2017.
- PROTOCOLO de consulta livre, prévia e bem-informada da Comunidade Tradicional de Rolim de Moura do Guaporé. Quilombolas, indígenas Wajuru, Sakirabiar e Guarassuê. Rolim de Moura do Guaporé, 8 de novembro de 2019. Disponível em: <https://apublica.org/wp-content/uploads/2020/03/protocolo-de-consulta-comunidade-rolim-de-moura-versao-atualizada.pdf>
- PRÜMERS, Heiko; JAIMES BETANCOURT, Carla; PLAZA MARTINEZ, Ruden. Algunas tumbas prehispánicas de Bella Vista, Prov. Iténez, Bolivia. *Zeitschrift für Archäologie Außereuropäischer Kulturen*, v. 1, p. 251-284, 2006.
- QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder e Classificação Social. IN: SANTOS, Boaventura de Sousa; e MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009, p. 73-118.
- RAFFESTIN, Claude. *Por Uma Geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

- RAMOS, Melissa Ferreira. *Reexistência e Ressurgência Indígena: Diáspora e transformações do Povo Puri*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Viçosa, 2017.
- RODRIGUES, Igor; VOLKMER-RIBEIRO, Cecília; MACHADO, Vanessa. Cauixi em cerâmica arqueológica da região de Lagoa Santa, Minas Gerais: inclusão de esponjas processadas ou exploração de depósitos sedimentares com espículas? *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*, v. 12, n. 1, p. 85-100, 2017.
- SALLUM, Marianne. *Colonialismo e ocupação tupiniquim no litoral sul de São Paulo: uma história de persistência e prática cerâmica*. Tese (Doutorado em Arqueologia) – Universidade de São Paulo, 2018.
- SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula (Org.). *Epistemologias do Sul*. Coimbra: Edições Almedina, 2009.
- SILLIMAN, Stephen W. Colonialismo na Arqueologia Histórica: uma revisão de problemas e perspectivas. Tradução de Christian Biggie e Louise Cardoso de Mello. *Cadernos do LEPAARQ*, v. 19, n. 37, 2022.
- SMITH, Herbert H. *Brazil, the Amazons and the coast*. Nova York : C. Scribner's Sons, 1879.
- SØRENSEN, Marie Louise Stig; EVANS, Christopher; CASIMIRO, Tania Manuel. Pottery in Cidade Velha, Cabo Verde. IN: TEIXEIRA, André; BETTENCOURT, Jose António. *Velhos e Novos mundos: Estudos de Arqueologia Moderna*. Lisboa: Centro de História de Além-Mar/ Universidade Nova de Lisboa, Universidade dos Açores, 2012, p. 813-820.
- SOUZA, Ana Lúcia. *Letramentos de reexistência: culturas e identidades no movimento hip-hop*. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas - SP, 2009.
- SOUZA, Ana Lúcia; SILVA, Ione Jovino da; MUNIZ, Kassandra da Silva. Letramento de Reexistência - um conceito em movimentos negros. *Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/as (ABPN)*, v. 10, p. 1-11. 2018.
- SYMANSKI, Luís Cláudio. Cosmologias e materialidade: um estudo comparativo das senzalas do sudeste e oeste do Brasil. IN: KERN, Maria Lúcia; MACEDO, José. *Triângulo Atlântico*. Fluxos, memória, práticas culturais e artísticas. Porto Alegre: Sulina, 2020, p. 115-130.
- SYMANSKI, Luís Cláudio; ZANETTINI, Paulo. Encontros culturais e etnogênese: o caso das comunidades afro-brasileiras do Vale do Guaporé. *Vestígios*, v. 4, n. 2, p. 90-123, 2010.
- TEIXEIRA, Marco Antônio Domingo. As famílias Wajuru negras de Porto Rolim de Moura do Guaporé. *Revista Labirinto*, v. 31, n. 19, p. 208-234, 2019.
- TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues. Comunidade de remanescentes de quilombo de Pedras Negras do Guaporé: identidade e manejo de recursos naturais. IN: TEIXEIRA, Marco Antônio Domingues; LIMA, Uílian Nogueira. *Afros e amazônicos: estudos sobre o negro e o indígena na Amazônia*. V. II. Porto Velho: MC&G Editorial, 2016, p. 13-46.
- VIANA, Iclícia. *Entre Fronteiras: Re-existência Laklãnõ Xokleng em uma universidade pública*. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2017
- VOSS, Barbara; ALLEN, Rebecca. Guide to Ceramic MNV Calculation Qualitative and Quantitative Analysis. *Technical Briefs in Historical Archaeology*, v. 5, p. 1-9, 2010.

VOSS, Barbara L. From Casta to Californio: Social Identity and the Archaeology of Culture Contact. *American Anthropologist*, v. 107, n. 3, p. 461-474, 2005.

WILLEY, Gordon. Cerâmica. IN: RIBEIRO, Berta Gleizer; RIBEIRO, Darcy (Ed.). *Suma etnológica brasileira: tecnologia indígena*. V. 2. Petrópolis: Vozes, 1986. p. 231-281.

Recebido em: 02/04/2022
Aprovado em: 21/04/2022
Publicado em: 30/06/2022